****

**Publicado no D.O.C. São Paulo, 66, Ano 66 Quinta-feira**

**08 de Abril de 2021**

**GABINETE DO PREFEITO**

**BRUNO COVAS**

**DECRETOS**

**DECRETO Nº 60.166, DE 7 DE ABRIL DE 2021**

Introduz alterações no Decreto nº 59.020, de 21 de outubro de 2019, que cria a Comissão Municipal para o Desenvolvimento Sustentável - Agenda 2030, nos termos da Lei nº 16.817, de 2 de fevereiro de 2018.

BRUNO COVAS, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

D E C R E T A:

Art. 1º Os artigos 2º, 3º, 5º, 7º, 8º, 9º, 10 e 11 do Decreto n° 59.020, de 21 de outubro de 2019, que cria a Comissão Municipal para o Desenvolvimento Sustentável - Agenda 2030, nos termos da Lei nº 16.817, de 2 de fevereiro de 2018, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º A Comissão Municipal para o Desenvolvimento Sustentável – Agenda 2030 é instância colegiada paritária, de natureza consultiva e deliberativa, orientada para a articulação, a mobilização e o diálogo entre a Administração Pública Municipal, a iniciativa privada, a sociedade civil, a comunidade científica, tendo por

competências:

I - elaborar a Agenda Municipal 2030, especificando os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, as metas e os indicadores adotados pelo Município de São Paulo para a efetivação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas;

II – elaborar, no primeiro ano de cada gestão municipal, o plano de ação para implementação da Agenda Municipal 2030 para o período de 4 (quatro) anos, o qual deverá ser concluído em até 180 (cento e oitenta) dias após a publicação do Programa de Metas da respectiva gestão, propondo estratégias, instrumentos, ações e programas para a efetivação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das

Nações Unidas;

III - acompanhar e monitorar o desenvolvimento da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e elaborar relatórios periódicos;

IV - elaborar subsídios para as discussões sobre o Desenvolvimento Sustentável em fóruns nacionais e internacionais;

V - identificar, sistematizar e divulgar boas práticas e iniciativas que colaborem para o alcance da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável;

VI - elaborar as diretrizes do sistema estratégico de planejamento, implementação e elaboração de relatórios afetos ao cumprimento da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável;

VII - promover a articulação com os órgãos e as entidades públicas governamentais, as organizações da sociedade civil e a comunidade científica para a disseminação e a implementação da Agenda 2030 no âmbito municipal, assim como integrar as iniciativas do Programa de Implementação da Agenda 2030 com outros promovidos na esfera federal, estadual e em outros municípios;

VIII - promover e fomentar pesquisas e projetos voltados às questões de relevância econômica e social relacionadas às necessidades específicas de implementação do respectivo Programa;

IX - promover iniciativas que tratem objetivamente das 169 (cento e sessenta e nove) metas associadas aos 17 (dezessete) Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; X - buscar o desenvolvimento de trabalho conjunto com o Governo do Estado de São Paulo, considerando a aderência e harmonização dos relatórios municipais àqueles eventualmente produzidos na esfera estadual, promovendo esforços para que esses entes possam convergir para um relatório harmonizado e coerente, dando-se ciência ao Governo Federal;

XI - promover, sempre que possível, a integração entre as iniciativas, programas e projetos.

Parágrafo único. As competências previstas nos incisos

I, II, III, VI, VII e IX do “caput” do artigo 2º são de natureza consultiva.” (NR)

“Art. 3º ................................................................

I- ......................................................................

a) Secretaria Municipal de Relações Internacionais;

b) Secretaria Executiva de Planejamento e Entregas

Prioritárias da Secretaria do Governo Municipal;

.........................................................................

f) Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento;

g) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico,

Trabalho e Turismo;

....................................................................”(NR)

“Art. 5º Os representantes da sociedade civil e da comunidade científica, titulares e suplentes, serão escolhidos em processo de seleção pública coordenado pela Secretaria Executiva prevista no artigo 7º, inciso IV, deste decreto, a cada 2 (dois) anos.” (NR)

“Art. 7º ................................................................

.........................................................................

III – Diretoria Executiva;

IV - Secretaria Executiva;

V - Câmaras Temáticas.” (NR)

“Art. 8º ................................................................

I - .....................................................................

II - propor a Agenda Municipal 2030 para o Desenvolvimento Sustentável;

III - propor o plano de ação para implementação da Agenda Municipal 2030, bem como outras estratégias, instrumentos, ações e programas para implementação dos objetivos de Desenvolvimento Sustentável;

IV - propor estratégias, instrumentos, ações e programas para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;

V - acompanhar e monitorar o desenvolvimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;

VI - avaliar e apreciar as propostas de relatórios periódicos de acompanhamento da implementação da

Agenda 2030;

VII - apresentar e aprovar relatórios periódicos contendo as atividades realizadas, resultados e encaminhamentos dos trabalhos da Comissão;

VIII - aprovar relatório circunstanciado ao final dos trabalhos da Comissão contendo as atividades realizadas, as conclusões e as recomendações, nos termos do artigo 18 da Lei nº 16.817, de 2018;

IX - conhecer e debater os subsídios fornecidos pelos seus integrantes para discussões sobre o desenvolvimento sustentável em fóruns nacionais e internacionais;

X – conhecer iniciativas e boas práticas que colaborem para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;

XI - deliberar sobre os assuntos encaminhados para apreciação da Comissão;

XII - deliberar sobre a criação de Câmaras Temáticas, dispondo quanto a suas competências, composição, procedimentos e prazo de duração, assim como sua extinção;

XIII - solicitar aos órgãos da Administração Pública Municipal e às entidades privadas informações, estudos ou pareceres sobre matérias de interesse da Comissão;

XIV - zelar pelo cumprimento das disposições deste decreto e sugerir eventuais alterações que se façam necessárias.” (NR)

“Art. 9º A Presidência da Comissão será exercida pela Secretaria Municipal de Relações Internacionais, a quem compete:

I - presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias do

Plenário;

II - representar a Comissão nos atos que se fizerem necessários, incluindo fóruns nacionais e internacionais, podendo delegar a representação;

III - apoiar o processo de identificação, sistematização e divulgação de boas práticas e iniciativas que colaborem para o alcance da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável;

IV - apoiar o processo relativo à prestação de informações das ações municipais ao Governo Estadual, ao Governo Federal e à Organização das Nações Unidas, promovendo esforços para que esses entes possam, de forma conjunta, convergir para um fim último, harmonizado e coerente;

V - promover a articulação com organizações internacionais, para a disseminação e a implementação da Agenda 2030 em nível municipal.” (NR)

“Art. 10. A Diretoria Executiva será exercida pela Secretaria Executiva de Planejamento e Entregas Prioritárias da Secretaria do Governo Municipal, a quem compete:

I - solicitar a convocação das reuniões ordinárias e extraordinárias do Plenário à Secretaria Executiva;

II – receber sugestões e montar a pauta das reuniões;

III - promover o debate e a formulação de propostas de interesse da Comissão;

IV - submeter à apreciação do Plenário as matérias a serem decididas, podendo intervir na ordem dos trabalhos, suspendendo-os sempre que necessário;

V - manifestar voto próprio e, em caso de empate, apresentar o voto de qualidade, nas deliberações submetidas a Plenário;

VI - encaminhar as matérias aprovadas pela Comissão;

VII - decidir sobre as questões de ordem formuladas pelo Plenário;

VIII - assinar as deliberações da Comissão e as atas;

IX - formalizar convites aos representantes de órgãos e entidades públicas, do setor privado, da sociedade civil e da comunidade científica;

X - requerer à Secretaria Executiva a execução das ações decididas pelo Plenário;

XI - solicitar a elaboração de estudos, informações e posicionamentos sobre temas de relevante interesse público;

XII - distribuir matérias às Câmaras Temáticas;

XIII - apresentar ao Plenário relatórios periódicos contendo as atividades realizadas, resultados e encaminhamentos dos trabalhos da Comissão;

XIV- apresentar ao Plenário relatório circunstanciado ao final dos trabalhos da Comissão, contendo as atividades realizadas, as conclusões e as recomendações estabelecidas, nos termos do artigo 18 da Lei nº 16.817, de 2018;

XV - zelar para que a Comissão seja espaço de intercâmbio e cooperação entre as instâncias de governo e os segmentos da sociedade civil e da comunidade científica, em prol de interesses coletivos. (NR)”

“Art. 11. A Secretaria Executiva será exercida pela Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, a quem compete:

I - assessorar a Presidência e a Diretoria Executiva no exercício de suas atribuições;

II - convocar, por solicitação da Diretoria Executiva, as reuniões ordinárias e extraordinárias do Plenário;

III - acompanhar as atividades das Câmaras Temáticas;

IV - elaborar minuta de edital dos processos de seleção pública para a composição e a renovação bienal da composição da Comissão;

V - coordenar os processos de seleção pública de que trata o artigo 5º deste decreto;

VI - realizar outros processos de seleção pública definidos pela Comissão, quando necessários, para atendimento ao disposto no “caput” do artigo 7º da Lei nº 16.817, de 2018;

VII - encaminhar a pauta e as atas das reuniões do Plenário e das Câmaras Temáticas;

VIII - secretariar as reuniões do Plenário, lavrar as atas, registrar a frequência dos representantes e encaminhar as decisões do Plenário, da Presidência e da Diretoria Executiva para as providências de seu cumprimento;

IX - encaminhar, em até cinco dias úteis previamente às reuniões, os documentos técnicos, relatórios e demais subsídios a serem apreciados;

X - manter o registro da documentação técnica e administrativa proveniente das Câmaras Temáticas;

XI - apresentar à Diretoria Executiva a proposta orçamentária anual e realizar a gestão dos recursos para dar suporte às atividades da Comissão;

XII - coordenar as atividades de elaboração de relatórios periódicos da Comissão;

XIII - realizar as demais atividades operacionais ou de representação, designadas pela Diretoria Executiva e/ou pela Presidência.” (NR)

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 7 de abril de 2021, 468º da fundação de São Paulo.

BRUNO COVAS, PREFEITO

MARTA TERESA SUPLICY, Secretária Municipal de Relações Internacionais EDUARDO DE CASTRO, Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente

JOSÉ RICARDO ALVARENGA TRIPOLI, Secretário Municipal da Casa Civil

EUNICE APARECIDA DE JESUS PRUDENTE, Secretária Municipal de Justiça

RUBENS NAMAN RIZEK JUNIOR, Secretário de Governo Municipal

Publicado na Secretaria de Governo Municipal, em 7 de abril de 2021.

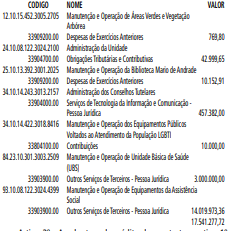
**DECRETO Nº 60.167, DE 7 DE ABRIL DE 2021**

Abre Crédito Adicional Suplementar de R$ 17.541.277,72 de acordo com a Lei nº 17.544, de 30 de dezembro de 2020.

BRUNO COVAS, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, na conformidade da autorização contida na Lei nº 17.544, de 30 de dezembro de 2020, e visando possibilitar despesas inerentes às atividades da Secretaria Municipal das Subprefeituras, do Fundo Municipal de Saúde, da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, da Secretaria Municipal de Cultura, do Fundo Municipal de Assistência Social e da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania,

D E C R E T A:

Artigo 1º - Fica aberto crédito adicional de R$ 17.541.277,72 (dezessete milhões e quinhentos e quarenta e um mil e duzentos e setenta e sete reais e setenta e dois centavos), suplementar às seguintes dotações do orçamento vigente:



Artigo 2º - A cobertura do crédito de que trata o artigo 1º far-se-á através de recursos provenientes da anulação parcial, em igual importância, das seguintes dotações:



Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, em 7 de abril de 2021, 468º da Fundação de São Paulo.

BRUNO COVAS, Prefeito

GUILHERME BUENO DE CAMARGO, Secretário Municipal da Fazenda

Publicado na Secretaria de Governo Municipal, em 7 de abril de 2021

**EDITAIS PAG. 36**

**FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA**

GABINETE DIRETOR GERAL

**PUBLICAÇÃO POR OMISSÃO: EXTRATO TERMO**

**ADITIVO 01 AO TERMO DE CONTRATO Nº 02/FPETC/2020**

**PROCESSO: 8110.2020/0000060-3**

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃO TECNOLOGIA E CULTURA

CONTRATADA: R&A COMÉRCIO E EQUIP. TELEFÔNICOS LTDA

VALOR DA PRORROGAÇÃO: R$14.559,81 (duzentos e doze mil cento e sessenta reais) NOTAS DE EMPENHO: 171, 172, 173, 174 E 175/2021 DOTAÇÕES: 80.10.12.363.3019.2.881.3.3.90.39.0000 e 80. 10.12.122.3024.2.100.3.3.90.39.0000

**DA PRORROGAÇÃO**

Prorrogação do contrato por mais 12 (doze) meses, contados a partir de 11/03/2021.

**DO VALOR**

Valor global atualizado do contrato é de R$14.559,81 (Quatorze mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e oitenta e um centavos), sendo R$ 13.455,42 (Treze mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e dois centavos) referente ao principal e R$ 1.104,39 (Um mil, cento e quatro reais e trinta e nove centavos).

Para as despesas do exercício de 2021 foram emitidas as notas de empenho nº171, 172, 173, 174 e 175 onerando as dotações 80.10.12.363.3019.2.881.3.3.90.39.0000 no valor de R$7.079,02 (vinte e três mil quinhentos e setenta e três reais e trinta e três centavos) e a dotação 80.10.12.122.3024.2.100.3.3 .90.39.0000 no valor de R$ 4.564,01.

**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Ficam mantidas as demais disposições contratuais que não colidam com o presente instrumento.

**DATA DA ASSINATURA**: 08/03/2021.

**CÂMARA MUNICIPAL PAG. 100**

**CÂMARA MUNICIPAL**

Presidente: Milton Leite

**GABINETE DO PRESIDENTE**

CÂMARA MUNICIPAL

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**

**SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E**

**REVISÃO - SGP-4**

**PROJETOS LIDOS - texto original**

**21ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**07/04/2021**

**PARECER Nº 92/2021 DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 0046/21.**

Trata-se de projeto de lei de autoria da nobre Vereadora Sandra Santana, que visa tornar o Largo da Matriz de Nossa Senhora do Ó polo cultural, gastronômico e turístico da Cidade de São Paulo.

A propositura tem por objetivos, entre outros: (i) promover o desenvolvimento econômico da região por meio de atividades de capacitação profissional nas áreas de cultura, gastronomia e turismo, visando à inclusão social e ao fomento da economia local; (ii) atrair investimentos para manutenção da área do Polo, realização de eventos, cursos e políticas públicas no âmbito da cultura, gastronomia e turismo; (iii) preservar a memória histórica, cultural e turística do território. Autoriza ainda o Poder Público a criar o "Selo Amigo do Largo da Matriz", a ser conferido anualmente aos estabelecimentos e parceiros do Polo, bem como a concessão, a título de incentivo fiscal, de desconto de 10% do imposto predial e territorial urbano - IPTU dos estabelecimentos detentores do "Selo". Segundo a Justificativa, "a Freguesia do Ó foi o primeiro núcleo de povoamento à margem direita do rio Tietê, no século XVI. Bairro histórico, charmoso, tem no Largo da Matriz de Nossa Senhora do Ó e no Largo da Matriz Velha, patrimônios históricos, culturais e ambientais da cidade de São Paulo. São pontos turísticos reconhecidos pelo Conselho Municipal de Preservação doo Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da cidade de São Paulo - CONPRESP, em dezembro de 1992". "No espaço delimitado para a implantação do Polo, temos cerca de aproximadamente 50 bares e restaurantes, assim como a Casa de Cultura Salvador Ligabue, que recentemente recebeu importante obra de ampliação, incluindo a instalação de uma cozinha escola. A geração de renda e emprego, a economia criativa, a cultura, a gastronomia e o turismo levarão para o Largo da Matriz de Nossa Senhora do Ó o desenvolvimento local".

No que tange ao aspecto formal, a propositura tem respaldo jurídico para seguir em tramitação.

O projeto encontra fundamento no artigo 37, caput, da Lei

Orgânica Paulistana, segundo o qual a iniciativa das leis cabe a qualquer membro ou Comissão Permanente da Câmara Municipal, ao Prefeito e aos Cidadãos.

Ademais, consoante o disposto no artigo 30, I, da Constituição Federal compete aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local, dispositivo com idêntica redação no artigo 13,

inciso I, da Lei Orgânica Municipal.

A Constituição Federal estabelece que o Estado garantirá a

todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, bem como apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais (art. 215).

Ademais, o próprio art. 30, IX, da Carta Republicana também dispõe sobre a competência dos Municípios para "promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual ".

O projeto também está em estrita consonância com o disposto no art. 191 da Lei Orgânica do Município de São Paulo, o qual expressamente assegura que cabe ao Município de São Paulo garantir "a todos o exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes de cultura, observado o princípio da descentralização, apoiando e incentivando a valorização e a difusão das manifestações culturais".

No mesmo sentido, a Lei Orgânica do Município de São Paulo dispõe:

Art. 192. O Município adotará medidas de preservação das manifestações e dos bens de valor histórico, artístico e cultural, bem como das paisagens naturais e construídas, notáveis e dos sítios arqueológicos.

Art. 194 - O Poder Municipal providenciará, na forma da lei, a proteção do patrimônio histórico, cultural, paisagístico e arquitetônico, através de:

I - preservação dos bens imóveis, de valor histórico, sob a perspectiva de seu conjunto;

(...)

III - sinalização das informações sobre a vida cultural e histórica da cidade;

Assim, verifica-se que a propositura apenas objetiva conferir efetividade ao quanto estabelecido pela Constituição Federal e pela Lei Maior Local, considerando que pretende valorizar e incentivar a cultura.

Para aprovação, a propositura deverá contar com o voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara, nos termos do art. 40, § 3º, XII da Lei Orgânica Municipal.

Sendo assim, somos pela LEGALIDADE.

Sala da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação

Participativa, em 07/04/2021.

Carlos Bezerra Jr. (PSDB) - Presidente

Alessandro Guedes (PT)

Faria de Sá (PP)

Gilberto Nascimento (PSC) - Relator

Professor Toninho Vespoli (PSOL)

Rubinho Nunes (PATRIOTA)

Sandra Tadeu (DEM)

Sansão Pereira (REPUBLICANOS)

Thammy Miranda (PL)